

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL****TERCEIRO TRIMESTRE DE 2024****1. INTRODUÇÃO**

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

**2. ENQUADRAMENTO**

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *“Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ...”*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Execução Orçamental referente ao 3.º trimestre de 2024, aprovado pelo Conselho de Administração, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O relatório de execução orçamental em análise foi objeto de apreciação pelo Revisor Oficial de Contas, que emitiu o seu Relatório em 29-04-2025, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2024, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista por despacho n.º 172/2024-SET, de 08-03-2024.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2023 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede de Plano de Atividade e Orçamento (PAO), assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024.



## CONSELHO FISCAL

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

### 3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

#### 3.1. Execução Orçamental

A execução orçamental da receita até ao final do terceiro trimestre de 2024, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 79,8 milhões de euros, não incluindo o saldo provenientes de anos anteriores, no montante de 12,2 milhões de euros, com o qual resulta uma receita apurada de 92 milhões de euros:

**Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita**

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 3.ºT2024 (acumulado)	Execução acumulada no período (%)	Receita cobrada no 3.ºT2023	Δ 2024/2023 (%)
3.1.9-Transferências correntes	70 574 749	39 634 191	56,2%	32 279 430	22,8%
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	1 410	1 410	100,0%	19 601	-92,8%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	117 384	0	0,0%	12 079	-100,0%
4.4.1-Projetos SAMA FSE	78 647	0	0,0%	143 296	-100,0%
4.8.2-Projetos diretamente financiados pela EU	2 105 204	37 849	1,8%	33 180	14,1%
4.8.3-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	273 436 957	25 308 612	9,3%	10 139 604	149,6%
4.8.4-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções-IVA	62 900 845	5 820 981	9,3%	931 273	525,1%
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	31 000 000	7 639 643	24,6%	7 470 019	2,3%
5.1.1-Reposições não abatidas aos pagamentos	98 407	98 406	100,0%	257 915	-61,8%
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	4 373 334	1 258 793	28,8%	1 070 551	17,6%
5.1.3-Venda de bens de investimento	5 294	5 294	100,0%	2 656	99,3%
5.4.1- Transferências correntes - Proj. diretamente financiados pela EU	24 000	5 885	24,5%	40 200	-85,4%
<b>Total de receitas correntes</b>	<b>444 716 230</b>	<b>79 811 062</b>	<b>17,9%</b>	<b>52 399 804</b>	<b>52,3%</b>
Saldo de Gerência		12 218 942	-	2 535 178	382,0%
<b>Total</b>	<b>444 716 230</b>	<b>92 030 004</b>	<b>20,7%</b>	<b>54 934 982</b>	<b>67,5%</b>

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (18%), sem o saldo de gerência, situou-se abaixo da prevista para o período, devido essencialmente à reduzida execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que representa cerca de 76% da previsão de receitas anuais e à falta de execução do Contrato Programa com a ACSS que ficou pelos 24,6%.
- Das receitas cobradas, cerca de 50% correspondeu a transferências correntes, 39% teve origem em projetos diretamente financiados pela EU e 1,6% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades.
- Por comparação com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento do valor da receita cobrada em cerca de 52,3% decorrente essencialmente das transferências correntes e das receitas no âmbito dos projetos diretamente financiados pela EU.



## CONSELHO FISCAL

No que se refere à **despesa**, com uma dotação corrigida anual de 444,7 M€, a respetiva execução até ao final do terceiro trimestre totalizou 15,9%, correspondendo a cerca de 70,6 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

**Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa**

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 3.ºT2024	Execução no período (%)	Despesa paga no 3.ºT2023	Δ 2024/2023 (%)
01-Despesas com pessoal	16 524 973	-	16 524 973	11 547 335	69,9%	9 389 153	23,0%
02-Aquisições de bens e serviços	306 549 834	-	306 549 834	42 147 601	13,7%	27 483 499	53,4%
03-Outros juros	5 800	-	5 800	5 584	96,3%	363	-
06-Outras despesas correntes	1 208 988	884 333	324 655	315 967	97,3%	1 792 009	-82,4%
<b>Total de despesas correntes (A)</b>	<b>324 289 595</b>	<b>884 333</b>	<b>323 405 262</b>	<b>54 016 487</b>	<b>16,7%</b>	<b>38 665 024</b>	<b>39,7%</b>
07-Aquisição de bens de capital	120 426 635	0	120 426 635	16 583 226	14%	2 336 926	609,6%
<b>Total de despesas de capital (B)</b>	<b>120 426 635</b>	<b>0</b>	<b>120 426 635</b>	<b>16 583 226</b>	<b>14%</b>	<b>2 336 926</b>	<b>609,6%</b>
<b>Total (A)+(B)</b>	<b>444 716 230</b>	<b>884 333</b>	<b>443 831 897</b>	<b>70 599 713</b>	<b>15,9%</b>	<b>41 001 950</b>	<b>72,2%</b>

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada circunscreveu-se apenas a 70,6 M€ (15,9% da dotação disponível anual);
- O baixo grau de execução da despesa que é explicado pelo Conselho de Administração pela fraca execução do Plano de Recuperação e Resiliência e do contrato Programa com a ACSS;
- A execução da rubrica “Despesas com pessoal” representou 69,9% do total desta rubrica e 16% do total da despesa paga no mesmo período, registando, comparativamente ao período análogo de 2023 um aumento de 23%;
- A aquisição de bens e serviços representa 60% da despesa paga no período em análise, tendo-se verificado um aumento face ao período homólogo de 2023, em cerca de 53%;
- Apesar de um aumento substancial na despesa de capital relativamente ao valor verificado no período análogo de 2023 em 609%, continua a verificar-se uma fraca execução da rubrica aquisição de bens de capital que ascendeu apenas a 14% da dotação disponível anual;
- O valor da despesa paga até ao final do 3º trimestre de 2024 foi superior em 72% à despesa paga em igual período de 2023, devido essencialmente ao aumento do investimento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, no terceiro trimestre de 2024, assumiu compromissos no valor de 181,6 M€, ou seja, 41% da dotação anual disponível de 443,8 M€. Saliente-se que das dotações não comprometidas no final do período em análise, no valor de 262,2 M€, 77% reportam a despesas previstas ao abrigo da rubrica 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU).



**CONSELHO FISCAL**

**3.2. Execução económica e financeira**

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de setembro de 2024, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:

**Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados**

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento 3.ºT2023 (1)	Execução T3/2024 (2)	Execução T3/2023 (3)	Desvio (2)-(1)	Δ 2024/2023 %
<b>Rendimentos</b>	<b>221 799 616,00</b>	<b>74 920 914,80</b>	<b>61 520 467,81</b>	<b>-146 878 701,20</b>	<b>21,8%</b>
Prestações de serviços	73 975 778,00	67 213 418,21	56 970 801,02	-6 762 359,79	18,0%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos	127 348 206,00	43 733,71	228 754,87	-127 304 472,29	-80,9%
Imparidade de dívidas, provisões e variações justo valor		600,00		600,00	
Outros rendimentos e ganhos	20 475 632,00	7 663 162,88	4 320 911,92	-12 812 469,12	77,4%
<b>Gastos</b>	<b>204 982 281,00</b>	<b>69 176 116,54</b>	<b>55 061 523,20</b>	<b>-135 806 164,46</b>	<b>25,6%</b>
Fornecimentos e serviços externos	192 594 885,00	57 307 549,47	43 271 139,44	-135 287 335,53	32,4%
Gastos com pessoal	12 373 329,00	10 654 693,95	8 905 673,35	-1 718 635,05	19,6%
Outros gastos e perdas	14 067,00	1 213 873,12	2 884 710,41	1 199 806,12	-57,9%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>16 817 335,00</b>	<b>5 744 798,26</b>	<b>6 458 944,61</b>	<b>-11 072 536,74</b>	<b>-11,1%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20 424 007,00	4 103 616,96	2 708 669,01	-16 320 390,04	51,5%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-3 606 672,00</b>	<b>1 641 181,30</b>	<b>3 750 275,60</b>	<b>5 247 853,30</b>	<b>-56,2%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	5 293,75	2 656,25	5 293,75	99,3%
Juros e gastos similares suportados	0,00	5 584,22	363,13	5 584,22	1437,8%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-3 606 672,00</b>	<b>1 640 890,83</b>	<b>3 752 568,72</b>	<b>5 247 562,83</b>	<b>-56,3%</b>
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-3 606 672,00</b>	<b>1 640 890,83</b>	<b>3 752 568,72</b>	<b>5 247 562,83</b>	<b>-56,3%</b>

Como se constata, no final do terceiro trimestre de 2024, o resultado líquido da SPMS foi de 1.640.890€, o que representa um resultado muito mais favorável comparativamente com o prejuízo estimado de 3.606.672€.

Este resultado decorreu essencialmente da execução da rubrica fornecimentos e serviços externos ter sido apenas de 29,8% do orçamentado, em resultado, sobretudo, da baixa execução da despesa no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e do Contrato Programa celebrado com a ACSS, o que mais que compensou o desvio face ao orçamentado da rubrica transferências correntes e subsídios à exploração obtidos cujo valor executado não chegou a representar 0,04% do orçamentado.

Idêntica variação positiva verifica-se no resultado operacional de 1.640.890,83€ face ao valor orçamentado negativo em 3.606.672,00€, salientando-se que esta discrepância resulta essencialmente do valor das depreciações e amortizações, o qual apesar de registar um aumento de 51,5% face ao período homólogo de 2023, situação que a sociedade indica decorre dos investimentos realizados em 2022, 2023 e 2024, foi apenas de cerca de 20% do orçamentado.

Assim, face ao período homólogo de 2023, constata-se que quer o resultado líquido quer o resultado operacional verificaram um decréscimo na ordem, em ambos os casos de 56%.

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

- a) Os rendimentos e ganhos



## CONSELHO FISCAL

Face ao período análogo de 2023, os rendimentos tiveram um incremento global de 21,8%, com um aumento significativo de cerca de 77,4% em outros rendimentos e ganhos e de 18% na prestação de serviços, que compensaram a evolução negativa da rubrica transferências correntes e subsídios à exploração (80,9%). Não obstante, globalmente verifica-se que, em relação ao orçamentado, houve um desvio negativo de 66,2%.

### b) Os gastos e perdas

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de cerca de 25,6% nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que resultou do aumento com fornecimentos e serviços externos (32,4%), gastos com pessoal (19,6%) o qual não foi compensado pela redução de outros gastos e perdas (57,9%). Relativamente ao orçamentado verifica-se, também, um desvio global negativo de 66,3%.

## 4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS

Nos termos do artigo 134.º do DLEO de 2024, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2023, sem prejuízo, designadamente, de:

- a) *Os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2023, sendo que para o efeito dos gastos com pessoal devem ser excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo, cf. n.º 4 do referido artigo;*
- b) *O acréscimo dos gastos operacionais corrigidos da taxa de inflação sem habitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., relativa ao ano transato, referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente identificadas, quantificadas e fundamentadas, sustentadas em análise custo-benefício, e na evidência de recuperação a médio prazo, ou se acompanhado por um aumento de, pelo menos, igual proporção do volume de negócios, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa, cf. n.º 5 do referido artigo.*

No que concerne ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, verifica-se que o mesmo teve uma evolução desfavorável passando de 92% no terceiro trimestre de 2023 para 101% no terceiro trimestre de 2024, decorrente do aumento no volume de negócios (18%) ser inferior ao crescimento dos gastos operacionais (30%).



## CONSELHO FISCAL

Verifica-se um aumento generalizado das várias componentes dos gastos operacionais, com exceção dos gastos com comunicações (que registaram uma redução de 14%), associando a sociedade estas variações ao acréscimo do volume de negócios. Assim:

- Os encargos com o pessoal verificaram um aumento de 20%;
- O agregado gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, sofreu um aumento face ao período análogo de 2023 no montante de 58.878,76€, o que representa num acréscimo de 67%;
- A variação dos gastos associados à frota automóvel entre o mesmo período foi negativa de 3.587,92€, traduzindo uma diminuição de 11%;
- Nos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria verifica-se um aumento de 125.663,13€ face ao período análogo de 2023, o que se traduz num acréscimo de 42%.

## 5. OUTROS ASPETOS

### 5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se um aumento na ordem dos 14,61% da dívida total da sociedade face ao período análogo de 2023, o qual de acordo com a empresa, decorreu da atividade da SPMS.

No final do 3º trimestre de 2024 a dívida da SPMS ascendia ao montante de 21.139.213,74€, do qual 98% corresponde a dívidas perante fornecedores conta corrente e 2% se refere a dívidas perante fornecedores de imobilizado.

A dívida vencida representa 69% da dívida total da SPMS e teve um decréscimo na ordem dos 9% face ao período homólogo de 2023, salientando-se que a empresa não apresenta dívida vencida com mais de 90 dias.

De acordo com a informação prestada pela SPMS cerca de 75% da dívida no final do 3.º Trimestre de 2024 é perante 4 fornecedores, MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA, Timestamp - Sistemas de Informação, S.A., Crayon Software Licensing, Unipessoal, Lda. e CAPGEMINI Portugal, SA.

O prazo médio de pagamentos ponderado fixou-se nos 17,19 dias, o que representa uma significativa melhoria face aos 28,29 dias no período análogo de 2023.

### 5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.



**SPMS**  
EPE

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

## CONSELHO FISCAL

### 6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 3º trimestre de 2024 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido no final de setembro de 2024 no valor de 1.640.890,83 euros, situando-se o EBITDA em 5.744.798,26 euros.

Lisboa, 2 de maio de 2025

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

O Vogal

**SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**  
**RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**  
**RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2024**

**0. NOTA DE ENQUADRAMENTO**

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais e no Plano de Atividades e Orçamento, elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 3.º Trimestre de 2024, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina igualmente a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

**1. INTRODUÇÃO**

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 3.º Trimestre de 2024, da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, que compreendem o balanço em 30 de setembro de 2024, que evidencia um total de 115.791.694 euros e um total de património líquido de 65.743.868 euros, incluindo um resultado líquido de 1.640.891 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

## 2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

## 3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

## 4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 30 de setembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

## 5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao Contrato-Programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

## 6. APRECIACÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

### 6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 3.º trimestre de 2024 a receita cobrada líquida ascendeu a 92.030.004 euros e a despesa total paga ascendeu a 70.599.713 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

#### 6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 3.º trimestre de 2024 engloba o saldo transitado do ano anterior, no montante de 12.218.842 euros, que representa 11,7% do total da receita cobrada líquida apurada no trimestre. Sem este efeito, a receita cobrada no trimestre ascenderia a 79.811.061 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2023:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2024		Receita cobrada líquida 3T 2024		Receita cobrada líquida 3T 2023		Variação 2024/2023		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
316 Rec. Impostos-Na posse serviços	9 746 893	2,1%	9 746 892	10,6%	988 103		8 758 789	886,4%	100,0%
<b>316 Rec. Impostos-Na posse serviços</b>	<b>9 746 893</b>	<b>2,1%</b>	<b>9 746 892</b>	<b>10,6%</b>	<b>988 103</b>	<b>1,7%</b>	<b>8 758 789</b>	<b>886,4%</b>	<b>100,0%</b>
319 Tr. correntes ACSSE - Manutenção Sistemas em Contínuo	46 838 719	10,3%	35 129 039	38,2%	27 628 634	46,9%	7 500 405	27,1%	75,0%
319 Transferências correntes ACSSE - SNS24	21 360 000	4,7%	3 646 348	4,0%	3 492 378	5,9%	153 970	4,4%	17,1%
319 Transferências correntes ACSSE - CCMCNS	2 376 030	0,5%	858 804	0,9%	1 158 418	2,0%	-299 614	-25,9%	36,1%
319 Microsoft (Sentença judicial)	-	-	-	0,0%	4 000 000	6,8%	-4 000 000	-100,0%	-
319 Reposições não abatidas aos pagamentos	1 410	0,0%	1 410	43,1%	19 601	0,0%	-18 191	-92,8%	-
<b>319 Transferências de RI entre organismos</b>	<b>70 576 159</b>	<b>15,4%</b>	<b>39 635 600</b>	<b>43,1%</b>	<b>36 299 031</b>	<b>61,6%</b>	<b>3 336 569</b>	<b>9,2%</b>	<b>56,2%</b>
411 Rec. próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas	117 384	0,0%	-	-	12 079	0,0%	-12 079	-100,0%	-
<b>411 FEDER - competitividade e internacionalização</b>	<b>117 384</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12 079</b>	<b>0,0%</b>	<b>-12 079</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-</b>
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	78 647	0,0%	-	-	143 296	0,2%	-143 296	-100,0%	-
<b>441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização</b>	<b>78 647</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>143 296</b>	<b>0,2%</b>	<b>-143 296</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-</b>
482 Projetos diretamente financiados pela EU	2 105 204	0,5%	37 849	0,0%	33 180	0,1%	4 669	14,1%	1,8%
<b>482 Outros e saldos de FE/Outros</b>	<b>2 105 204</b>	<b>0,5%</b>	<b>37 849</b>	<b>0,0%</b>	<b>33 180</b>	<b>0,1%</b>	<b>4 669</b>	<b>14,1%</b>	<b>1,8%</b>
483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	273 436 957	59,8%	25 308 612	27,5%	10 139 604	17,2%	15 169 008	149,6%	9,3%
<b>483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções</b>	<b>273 436 957</b>	<b>59,8%</b>	<b>25 308 612</b>	<b>27,5%</b>	<b>10 139 604</b>	<b>17,2%</b>	<b>15 169 008</b>	<b>149,6%</b>	<b>9,3%</b>
484 Projetos diretamente financiados pela EU	62 900 845	13,8%	5 820 981	6,3%	931 273	1,6%	4 889 708	525,1%	9,3%
<b>484 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções - IVA</b>	<b>62 900 845</b>	<b>13,8%</b>	<b>5 820 981</b>	<b>6,3%</b>	<b>931 273</b>	<b>1,6%</b>	<b>4 889 708</b>	<b>525,1%</b>	<b>9,3%</b>
488 Projetos diretamente financiados pela EU	872 389	0,2%	872 389	0,9%	-	-	872 389	-	100,0%
<b>488 PRR - Com origem em beneficiários intermediários externos à Administração Central</b>	<b>872 389</b>	<b>0,2%</b>	<b>872 389</b>	<b>0,9%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>872 389</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>
511 Contrato-Programa com a ACSSE - Projetos em Desenvolvimento	31 098 407	6,8%	7 639 643	8,3%	7 727 934	13,1%	-88 291	-1,1%	24,6%
511 Contrato-Programa com a ACSSE - PRESILCSP	-	-	98 406	0,1%	-	-	98 406	-	-
511 Reposições não abatidas nos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE</b>	<b>31 098 407</b>	<b>6,8%</b>	<b>7 738 049</b>	<b>8,4%</b>	<b>7 727 934</b>	<b>13,1%</b>	<b>10 115</b>	<b>0,1%</b>	<b>24,9%</b>
522 Rec. próprias-Na posse serviço	786 471	0,2%	786 470	0,9%	674 686	1,1%	111 784	16,6%	100,0%
<b>522 Rec. próprias-Na posse serviço</b>	<b>786 471</b>	<b>0,2%</b>	<b>786 470</b>	<b>0,9%</b>	<b>674 686</b>	<b>1,1%</b>	<b>111 784</b>	<b>16,6%</b>	<b>100,0%</b>
521 Rec. impostos-Na posse serviço	813 191	0,2%	813 191	0,9%	-	-	813 191	-	100,0%
<b>521 Rec. impostos-Na posse serviço</b>	<b>813 191</b>	<b>0,2%</b>	<b>813 191</b>	<b>0,9%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>813 191</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>
541 Projetos diretamente financiados pela EU	24 000	0,0%	5 885	0,0%	40 200	0,1%	-34 315	-85%	25%
<b>541 Transferências de Receita Própria entre Organismos</b>	<b>24 000</b>	<b>0,0%</b>	<b>5 885</b>	<b>0,0%</b>	<b>40 200</b>	<b>0,1%</b>	<b>-34 315</b>	<b>-85%</b>	<b>25%</b>
513 Transferências privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
513 Rec. próprias - Famílias/Repatriações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
513 Faturação - SNS	860 000	0,2%	170 783	0,2%	262 852	0,4%	-92 069	-35,0%	19,9%
513 Faturação - Outras Entidades	3 513 334	0,8%	1 088 010	1,2%	807 699	1,4%	280 311	34,7%	31,0%
513 Venda de bens de investimentos	5 294	0,0%	5 294	0,0%	2 656	0,0%	2 638	99,3%	100,0%
<b>513 Receita própria do ano - Com Outras Origens</b>	<b>4 378 628</b>	<b>1,0%</b>	<b>1 264 087</b>	<b>1,4%</b>	<b>1 073 207</b>	<b>1,8%</b>	<b>190 880</b>	<b>17,8%</b>	<b>28,9%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>456 935 174</b>	<b>100,0%</b>	<b>92 030 004</b>	<b>100,0%</b>	<b>56 399 804</b>	<b>96%</b>	<b>24 283 647</b>	<b>43,1%</b>	<b>20,1%</b>
Saldo de gerência anterior	-	-	-	-	2 535 178	4,3%	-2 535 178	-100,0%	-
<b>Total Geral</b>	<b>456 935 174</b>	<b>100%</b>	<b>92 030 004</b>	<b>100%</b>	<b>58 934 982</b>	<b>100%</b>	<b>33 095 022</b>	<b>56,2%</b>	<b>20,1%</b>

Comparativamente ao período homólogo, expurgando o efeito do saldo de gerência, o aumento ocorrido de 23,4 milhões de euros é essencialmente justificado por um aumento da execução das transferências no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e das receitas próprias provenientes do Contrato-Programa.

No final do terceiro trimestre, o nível de execução da receita ascendeu apenas 20,1% da receita orçamentada. Este comportamento é justificado sobretudo pela reduzida execução dos projetos enquadrados no PRR, não obstante o Contrato-Programa também evidenciar uma baixa execução.

### 6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 3.º trimestre de 2024, ao montante de 70.599.713 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2024	Cativação 2024	Orçamento Disponível Ano 2024		Despesa paga 3ºT2024		Despesa paga 3ºT2023		Variação 2024/2023		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	12 980 656	-	12 980 656	100%	8 757 556,21	12,4%	7 554 934	18,4%	1 202 622	15,9%	67,5%	67,5%
01.02 Remunerações Variáveis	779 319	-	779 319	100%	766 553,60	1,1%	355 697	0,9%	410 857	115,5%	98,4%	98,4%
01.03 Segurança Social	2 764 998	-	2 764 998	100%	2 023 225,48	2,9%	1 478 522	3,6%	544 703	36,8%	73,2%	73,2%
<b>01 Despesa com pessoal</b>	<b>16 524 973</b>	-	<b>16 524 973</b>	<b>100%</b>	<b>11 547 335</b>	<b>16,4%</b>	<b>9 389 153</b>	<b>22,9%</b>	<b>2 158 182</b>	<b>23,0%</b>	<b>69,9%</b>	<b>69,9%</b>
02.01 Aquisição de Bens	1 114 030	-	1 114 030	100%	387 619,92	0,5%	406 209	1,0%	-18 589	-4,6%	34,8%	34,8%
02.02 Aquisição de Serviços	305 435 804	-	305 435 804	100%	41 759 980,96	59,2%	27 077 290	66,0%	14 682 691	54,2%	13,7%	13,7%
<b>02 Aquisição de bens e serviços</b>	<b>306 549 834</b>	-	<b>306 549 834</b>	<b>100%</b>	<b>42 147 601</b>	<b>59,7%</b>	<b>27 483 499</b>	<b>67,0%</b>	<b>14 664 102</b>	<b>53,4%</b>	<b>13,7%</b>	<b>13,7%</b>
03.05 Outros Juros	5 800	-	5 800	100,0%	5 584,22	0,0%	363	0,0%	5 221	1 437,8%	96,3%	96,3%
<b>03 Juros</b>	<b>5 800</b>	-	<b>5 800</b>	<b>100,0%</b>	<b>5 584</b>	<b>0,0%</b>	<b>363</b>	<b>0,0%</b>	<b>5 221</b>	<b>1 437,8%</b>	<b>96,3%</b>	<b>96,3%</b>
06.02 Diversas	1 208 988	884 333	324 655	26,9%	315 967,05	0,4%	1 792 009	4,4%	-1 476 042	-82,4%	26,1%	97,3%
<b>06 Outras despesas correntes</b>	<b>1 208 988</b>	<b>884 333</b>	<b>324 655</b>	<b>26,9%</b>	<b>315 967</b>	<b>0,4%</b>	<b>1 792 009</b>	<b>4,4%</b>	<b>-1 476 042</b>	<b>-82,4%</b>	<b>26,1%</b>	<b>97,3%</b>
<b>Despesas correntes</b>	<b>324 289 595</b>	<b>884 333</b>	<b>323 405 262</b>	<b>99,7%</b>	<b>54 016 487</b>	<b>77%</b>	<b>38 665 024</b>	<b>94,3%</b>	<b>15 351 463</b>	<b>39,7%</b>	<b>16,7%</b>	<b>16,7%</b>
07.01 Investimentos	120 426 635	-	120 426 635	100%	16 583 225,96	23,5%	2 336 926	5,7%	14 246 300	610%	13,8%	13,8%
<b>07 Aquisição de bens de capital</b>	<b>120 426 635</b>	-	<b>120 426 635</b>	<b>100%</b>	<b>16 583 226</b>	<b>23,5%</b>	<b>2 336 926</b>	<b>5,7%</b>	<b>14 246 300</b>	<b>610%</b>	<b>13,8%</b>	<b>13,8%</b>
<b>Despesas de capital</b>	<b>120 426 635</b>	-	<b>120 426 635</b>	<b>100%</b>	<b>16 583 226</b>	<b>23,5%</b>	<b>2 336 926</b>	<b>5,7%</b>	<b>14 246 300</b>	<b>610%</b>	<b>13,8%</b>	<b>13,8%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>444 716 230</b>	<b>884 333</b>	<b>443 831 897</b>	<b>99,8%</b>	<b>70 599 713</b>	<b>100%</b>	<b>41 001 950</b>	<b>100%</b>	<b>29 597 763</b>	<b>72,2%</b>	<b>15,9%</b>	<b>15,9%</b>

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se modesto, cifrando-se em 15,9%, apresentando-se também inferior à receita executada (20,1%). Esta execução na despesa é justificada pelo aumento do orçamento da despesa aprovado, que inclui os projetos enquadrados no PRR;
- O peso dos gastos com recursos humanos representa 16,4% da despesa paga até ao final do 3.º trimestre de 2024, face aos 22,9% evidenciados no período homólogo, sendo a redução da expressão relativa destes encargos justificada sobretudo pelo aumento da despesa total executada, tendo em conta que esta rubrica aumentou 2.158.182 euros (23,0%);
- A despesa com aquisição de bens e serviços ascendeu a 42.147.601 euros (59,7% do total da despesa paga), refletindo um aumento de 14.664.102 euros (53,4%) face ao trimestre homólogo;
- Também a aquisição de bens de capital evidencia um nível de realização de 13,8%, representando a segunda componente de despesa realizada mais relevante, no montante de 16.853.226 euros;
- Em termos globais, a despesa ocorrida até ao final do 3.º trimestre reflete um aumento de 72,2% face ao período homólogo de 2023, devido ao efeito conjugado da diminuição dos saldos de despesas diversas e aquisição de bens e do aumento das outras rubricas da despesa executada, tendo a mais expressiva, no montante de 14.664.691 euros, ocorrido na rubrica de despesa com aquisição de serviços.

## **6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço**

O Balanço reportado a 30SET24, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2023, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do terceiro trimestre ascende a 19.026.824 euros, refletindo um aumento de 144,7% relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente de novos investimentos efetuados no exercício que ascenderam a 14.339.101 euros, apesar do efeito do reconhecimento das depreciações do período, no montante de 3.088.518 euros.
- Os Ativos Intangíveis apresentavam um valor líquido no montante de 33.715.508 euros, sendo a rubrica mais expressiva do ativo, representando 29,1% do seu total. A variação nos nove primeiros meses do ano respeita ao reconhecimento de 14.652.920 euros de aquisições e a 1.015.099 euros de depreciações do período.
- A rubrica de Clientes apresenta, a 30SET2024, um saldo de 4.915.414 euros, refletindo um decréscimo de 1.746.019 euros face a 31DEZ2023. A entidade com saldo em dívida mais expressivo no final do trimestre em análise continua a ser a ACSS, representando cerca de 98% do total do saldo a receber;
- A rubrica de Outras Contas a Receber apresenta a 30SET2024, um saldo de 29.531.127 euros, representando cerca de 25,5% do total do Ativo. No terceiro trimestre verifica-se um aumento de 25.556.292 euros face a 31DEZ2023. Esta variação resulta essencialmente dos valores a faturar relativos ao centro de contacto do SNS 24 (15.962.191 euros) e do Contrato Programa com a ACSS (8.910.860 euros), relativo aos serviços prestados no decorrer dos primeiros nove meses do ano, bem como do aumento de 4.580.469 euros verificado na rubrica de adiantamento a fornecedores.
- A rubrica de Caixa e Depósitos, no final do terceiro trimestre, ascende a 20.663.650 euros, representando cerca de 17,8% do total do Ativo. A totalidade do montante reconhecido na rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria do Estado;
- A rubrica de Património Líquido, a 30SET2024, apresenta um saldo no montante de 65.743.868 euros, incluindo o resultado líquido de 1.640.891 euros, representando um acréscimo de 5,5% relativamente a 31DEZ2023. A variação constatada provém do aumento verificada na rubrica de “Outras Variações no Património Líquido” (1.801.857 euros), decorrente do reconhecimento dos rendimentos inerentes ao PRR e ao PRESI, bem como da transferência do resultado líquido positivo apurado em 31DEZ2023, para as rubricas “Reservas” e “Resultados Transitados”, nos montantes de 3.010.078 euros e 4.540.313 euros respetivamente.

- O total do Passivo, no montante de 50.047.826 euros, reflete um aumento expressivo de 30.395.119 euros (154,7%) relativamente ao final do exercício anterior, sendo esta variação justificada pelo aumento significativo, das rubricas “Fornecedores” (20.709.899 euros) e na rubrica de Outras Conta a Pagar (10.019.242 euros).
- A rubrica de Fornecedores C/C e Imobilizado ascendeu, no final do 3.º trimestre a 21.139.213 euros, no qual se destacam as 10 entidades que mais contribuem para este saldo:

Fornecedor c/c e Imobilizado	Saldo 30SET2024	Peso (%)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	7 410 352,08 €	35,7%
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	5 010 682,27 €	24,1%
Crayon Software Licensing, Unipessoal Lda	2 374 961,40 €	11,4%
CAPGEMINI PORTUGAL, SA	1 111 130,24 €	5,3%
NOS Comunicações, SA	858 638,92 €	4,1%
AXIANSEU II Digital, S.A.	704 104,56 €	3,4%
IGNIT PEOPLE, S.A	471 156,65 €	2,3%
Claranet II Solutions, SA	386 539,51 €	1,9%
BRAVANTIC	362 879,90 €	1,7%
Oramix - Sistemas de Informação, SA	236 089,03 €	1,1%
Winning - Scientific Management, Lda	211 768,88 €	1,0%
Marcos Barrosa Unipessoal LDA	203 499,27 €	1,0%
LINKCOM - Sistemas de Informação, S.A.	183 570,90 €	0,9%
Maxiglobal - Equipamentos e serviços de informática, SA	161 701,22 €	0,8%
<b>Total</b>	<b>19 687 075 €</b>	<b>94,8%</b>

- Na rubrica de Outras Contas a Pagar é apresentado, no final do terceiro trimestre de 2024, um saldo no montante de 17.696.126 euros, (+10,01M€), com aumento significativo de gastos cujas faturas não foram recebidas até ao final deste trimestre, nomeadamente acréscimos de gastos referentes ao Centro de Contacto SNS 24 e gastos do Contrato-Programa com a ACSS.

### 6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do terceiro trimestre de 2024. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2024, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do terceiro trimestre, foi favorável, comparativamente aos montantes orçamentados, e desfavorável face ao período homólogo.

No final do trimestre em análise, foi apurado um resultado líquido positivo de 1.640.891 euros, sendo favorável face ao prejuízo estimado para o terceiro trimestre, no montante de -3.606.672 euros. A justificação para esta evolução, está relacionada com a poupança verificada na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), cujo montante ascendeu a 57.307.549 euros, representando uma execução de apenas 29,8% face ao orçamentado, bem como de Gastos com amortizações, que também ficam abaixo do orçamentado (-20,1%).

Na componente dos gastos, o desvio verificado na rubrica de FSE face ao valor orçamentado (-135.287.336 euros) é justificado pela baixa execução de despesa no âmbito do PRR e relativo ao Contrato Programa celebrado com a ACSS.

Naturalmente que este comportamento tem de ser analisado conjuntamente com o desvio desfavorável registado na rubrica de Transferências Correntes e Subsídios Obtidos, devido à não transferência destas verbas no período em análise.

No que concerne à rubrica de gastos com pessoal, ascende ao montante de 10.654.694 euros, apresentando uma diminuição de 1.718.635 euros face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do terceiro trimestre de 2024 ascende assim a 73.284.718 euros, apresentando uma execução de 32,5% face ao orçamentado.

O total de rendimentos ascende a 74.925.609 euros, apresentando uma execução de 33,8% face os montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado em todas as rubricas de rendimentos, nomeadamente em Vendas e Serviços Prestados (-6.762.360 euros), nas Transferências Correntes e Subsídios Obtidos (-127.304.472 euros) e nos outros rendimentos e ganhos (-12.812.469 euros).

## **6. NOTA FINAL**

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 29 de abril de 2025

**O Revisor Oficial de Contas**  
**VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por:

Assinado por: **VÍTOR MANUEL BATISTA DE ALMEIDA**  
Num. de Identificação: 04886686  
Data: 2025.04.29 11:45:49+01'00'

Vitor Manuel Batista de Almeida  
(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

# ANEXO 1

## Balanço

em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023

Valores em euros

BALANÇO	30SET2024	31DEZ2023	Var Real 30SET24 - 31DEZ23	
			Valor	%
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	19 026 824	7 776 241	11 250 583	144,7%
Ativos intangíveis	33 715 509	20 077 688	13 637 821	67,9%
Diferimentos	1 653 418	1 805 263	-151 845	-8,4%
<b>Subtotal</b>	<b>54 395 751</b>	<b>29 659 192</b>	<b>24 736 560</b>	<b>83,4%</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Clientes, contribuintes e utentes	4 915 414	6 661 433	-1 746 019	-26,2%
Estado e outros entes públicos	675 429	421 827	253 602	60,1%
Outras contas a receber	29 531 127	3 974 834	25 556 292	643,0%
Diferimentos	5 610 322	2 880 789	2 729 533	94,7%
Caixa e depósitos bancários	20 663 650	38 355 753	-17 692 103	-46,1%
<b>Subtotal</b>	<b>61 395 943</b>	<b>52 294 636</b>	<b>9 101 307</b>	<b>17,4%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>115 791 694</b>	<b>81 953 828</b>	<b>33 837 866</b>	<b>41,3%</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>				
Património/Capital	26 260 689	26 260 689	0	0,0%
Reservas	14 167 642	11 157 563	3 010 078	27,0%
Resultados transitados	-29 546 482	-34 086 795	4 540 313	-13,3%
Outras variações no património líquido	53 221 128	51 419 272	1 801 857	3,5%
<b>Subtotal</b>	<b>64 102 977</b>	<b>54 750 729</b>	<b>9 352 249</b>	<b>17,1%</b>
Resultado líquido do período	1 640 891	7 550 392	-5 909 501	-78,3%
<b>Total Património Líquido</b>	<b>65 743 868</b>	<b>62 301 120</b>	<b>3 442 748</b>	<b>5,5%</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões	1 935 819	1 935 819	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>1 935 819</b>	<b>1 935 819</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	20 771 534	61 635	20 709 899	33600,6%
Estado e outros entes públicos	3 253 067	3 970 195	-717 128	-18,1%
Fornecedores de investimentos	367 679	67 426	300 253	445,3%
Outras contas a pagar	17 696 126	7 676 884	10 019 242	130,5%
Diferimentos	6 023 601	5 940 749	82 852	1,4%
<b>Subtotal</b>	<b>48 112 008</b>	<b>17 716 889</b>	<b>30 395 119</b>	<b>171,6%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>50 047 826</b>	<b>19 652 708</b>	<b>30 395 119</b>	<b>154,7%</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>115 791 694</b>	<b>81 953 828</b>	<b>33 837 866</b>	<b>41,3%</b>

## ANEXO 2

### Demonstrações de Resultados por Naturezas para os períodos findos em 30 de setembro de 2024 e de 2023

Valores em euros

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 30SET24	Real 30SET23	Orçamento 30SET24	Var Real 30SET24 - 30SET23		Var Real 30SET24 - Orç 30SET24		
				Valor	%	Valor	%	
Prestação de Serviços	67 213 418	56 970 801	73 975 778	10 242 617	18,0%	-6 762 360	-9,1%	
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	43 734	228 755	127 348 206	-185 021	-80,9%	-127 304 472	-100,0%	
Fornecimentos e serviços externos	-57 307 549	-43 271 139	-192 594 885	-14 036	410	32,4%	135 287 336	-70,2%
Gastos com o pessoal	-10 654 694	-8 905 673	-12 373 329	-1 749 021	19,6%	1 718 635	-13,9%	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	600	0	0	600	0,0%	600	0,0%	
Provisões	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	
Outros rendimentos e ganhos	7 663 163	4 320 912	20 475 632	3 342 251	77,4%	-12 812 469	-62,6%	
Outros gastos e perdas	-1 213 873	-2 884 710	-14 067	1 670 837	-57,9%	-1 199 806	8529,2%	
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>5 744 798</b>	<b>6 458 945</b>	<b>16 817 335</b>	<b>-714 146</b>	<b>-11,1%</b>	<b>-11 072 537</b>	<b>-65,8%</b>	
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-4 103 617	-2 708 669	-20 424 007	-1 394 948	51,5%	16 320 390	-79,9%	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>1 641 181</b>	<b>3 750 276</b>	<b>-3 606 672</b>	<b>-2 109 094</b>	<b>-56,2%</b>	<b>5 247 853</b>	<b>-145,5%</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	5 294	2 656	0	2 638	99,3%	5 294	0,0%	
Juros e gastos similares suportados	-5 584	-363	0	-5 221	1437,8%	-5 584	0,0%	
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 640 891</b>	<b>3 752 569</b>	<b>-3 606 672</b>	<b>-2 111 678</b>	<b>-56,3%</b>	<b>5 247 563</b>	<b>-145,5%</b>	
Imposto sobre o rendimento do período	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 640 891</b>	<b>3 752 569</b>	<b>-3 606 672</b>	<b>-2 111 678</b>	<b>-56,3%</b>	<b>5 247 563</b>	<b>-145,5%</b>	
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1 640 891</b>	<b>3 752 569</b>	<b>-3 606 672</b>	<b>-2 111 678</b>	<b>-56,3%</b>	<b>5 247 563</b>	<b>-145,5%</b>	